(Excertos de uma carta do chefe dos guerrilheiros timorenses, Xanana Gusmão, datada de 10 de Março do corrente ano e dirigida ao ex-Administrador Apostólico, Monsenhor Martinho da Costa Lopes.)

TL 3398

Meu querido Monsenhor Martinho Lopes,

....
.....
.....

1.-Após 12 anos consecutivos de uma guerra de ocupação militar, durante os quais Jacarta se tem movimentado numa diplomacia cuidada e incessante, Portugal só demonstrará uma clara e sincera intenção política de cumprir o mandato constitucional (e as promessas que tanto o Presidente da República como o Primeiro Ministro fizeram no sentido de receber os representantes do Povo de Timor Leste), se não vier a vergar-se perante a intransigência da Indonésia, comprometendo assim as suas obrigações, como potência administrante.

Segundo o que verificámos e infortunadamente até ouvimos o Primeiro Ministro português referir-se em Setembro do ano transacto, à questão de Timor Leste, já sem mencionar o direito do Povo Maubere à auto-determinação, Portugal cada vez mais se deixa abrandar deliberadamente na sua própria debilidade, não se tendo até agora convencido nem a si mesmo (ainda está em campanha de um consenso nacional, quando Timor Leste é uma questão política e jurídica mais dele que de quaisquer outros) nem a outros, abrindo, pelo contrário, brechas para a Indonésia se teimar obstinadamente nos seus pontos de vista.

Diga aos políticos portugueses, Monsenhor, que para nós a definição do problema é claríssima: o arrastamento do caso tem a virtude diplomática de permitir que a Indonésia arrume definitivamente a questão, levando a opinião internacional a aceitar "um facto consumado", desde 7 de Dezembro de 1975.

Efectivamente, sabemos que é demasiado longo o tempo em que Portugal estava liberto de quaisquer preocupações quanto a Timor Leste e, neste sentido, poder-se-ia facilmente chegar à conclusão de que o Povo Maubere "aceitou já a integração". É precisamente neste aspecto que peço para transmitir ao Governo Português que:

-rejeitamos todas as manobras políticas e diplomáticas tendentes a alienar-nos para um "estatuto de autonomia" (especial ou não), como a única via para não continuarmos a morrer pela nossa Pátria, pelo que deveríamos aceitar a brutal agressão e a criminosa ocupação militar de Timor Leste;

-repudiamos energicamente que à nossa resistência ao agressor in-

nésio e a nossa persistente luta pela independência nacional se queira atribuir apenas o sentido inócuo de uma "desesperada luta" em que a todos "suplicássemos ardentemente" se fizessem pressões sobre Jacarta para que:

a) nos deixasse falar o português, permitindo assim a Portugal orgulhar-se, pelos séculos fora, da sua "presença cultural no extremo oriente" como um marco colonial para preencher o saudosismo dos descobrimentos;

b) nos "assegurasse o privilégio de sermos em Timor, maioritariamente católicos;

c) nos iludisse com promessas de não "javanizar" a etnia mauberiana.

2.-O facto de mais de 200.000 timorenses numa população de pouco mais de meio milhão de habitantes, terem dado a vida em defesa da sua Pátria, bem como um outro facto não menos espectacular de uma resistência armada a entrar no seu décimo terceiro ano, não podem reduzir-se mínimamente a "tais direitos" que, por malabarismos diplomáticos, se pretende impingir ao Povo Maubere.

Diga aos políticos portugueses e ao Governo Português que constitui para nós uma questão de ética:

-explicar correctamente o motivo pelo qual o ocupante indonésio empregou as mais diversas formas de terror, que culminaram nos maciços massacres infligidos à população indefesa;

-não trair nunca o mar de sangue derramado em defesa da Pátria.

-não negar nem agora nem depois os mais terríveis sofrimentos por que passou o Povo Maubere com um pesado preço de sangue de mais de 200.000 vidas que a consciência patriótica do nosso Povo cobrou pela sua resistência a um gigante agressor.

E que constitui uma questão de princípios que sempre nortearam a nossa luta:

-assinalar convenientemente e não equecer jamais a brutal invasão da nossa Pátria em 7 de Dezembro de 1975;

-afirmar continuamente o profundo alcance político de uma resistência popular generalizada;

-não desvirtuar nunca, em circunstância alguma, o objectivo da independência nacional por que nos temos batido-o qual corresponde aos legítimos e supremos anseios do Povo Maubere.

É neste contexto que reafirmo a nossa disposição de prosseguir na luta armada, sejam quais forem as consequências que nos imponham, porque consideramos ser justa a nossa luta e constituir uma oposição firme e inequívoca ao abusivo desrespeito pelas resoluções da ONU e à ostensiva violação dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas.

3.-Apesar de Jacarta possuir considerável vantagem nesta maratona diplomática,em que o único adversário é apenas a sua contínua incapacidade de exterminar a guerrilha,a Indonésia revela um empenhamento invulgar neste campo,tendo não só comprometido o próprio Vaticano a secundar-lhe os intentos,como até enviado núncios a Jacarta e insistido com o Administrador Apostólico e seus colaboradores italianos e espanhóis para nos aliciarem à capitulação. Dada,porém,a situação precária de condições materiais,que não nos permitem,como desejaríamos,responder adequadamente à agressão da Indonésia,acrescida de violações das normas internacionais e dos direitos legítimos do nosso Povo,resta-nos permanecer firmes e inabaláveis na rejeição categórica dos arranjos diplomáticos da ONU,que parecem obedecer aos desígnios de Jacarta.

Diga,pois,Monsenhor,ao Governo Português que,se se dispõe a obedecer,como a ONU,às ordens de Jacarta,acenando-nos com outros direitos que não os fundamentais,que assistem ao nosso Povo,só suplicamos de joelhos(se para tanto for necessário) para que o faça tão depressa quanto possível,mas...sem humilhar o Povo Maubere,alegando,por exemplo,direitos de Portugal,como potência administrante e invocando um passado de presença secular...para aceitar em troca da anexação de Timor Leste pela força,a fantasia de "preservação de laços culturais".

Reduzir a nossa luta apenas a este aspecto é ofender o nosso Povo no que tem de mais íntimo e maís sagrado na alma Maubere!

Monsenhor,transmita o nosso apelo ao Governo e aos políticos portugueses,um apelo formulado em nome de mais de 200.000 timorenses,que deram a sua vida pela PÁTRIA MAUBERE,para que,ao aceitar as conveniências políticas(em que uma diplomacia profunda e envolvente de Jacarta não descansa em oferecer-nos em troca da nossa vida,como,aliás,salientou o Núncio em Jacarta,"um estatuto especial de integração", Portugal se abstenha de afirmar que foi um resultado satisfatório dos seus esforços(e da ONU que conseguiu assim pôr fim ao "litígio entre Lisboa e Jacarta", segundo o mandatário das Nações Unidas)o facto de ter conseguido da Indonésia a concessão de se manter,em Timor Leste,a língua portuguesa(ou a autorização para as crianças executarem,em cada 7 de Dezembro,o 'vira-vira' ou 'o bailado de S.João; como um defunto símbolo histórico da presença portuguesa no extremo oriente!

Por último,mui querido Monsenhor,pedimos que faça chegar também à Assembleia da República e ao Governo Português os dois galhardetes confeccionados por uma guerrilheira nas montanhas de Timor Leste.

Não queria terminar sem,antes,dar uma breve síntese da situação militar no território: em todo o ano de 87 o inimigo implementou formas complementares de batidas de envergadura numas faixas contra os nossos, enquanto noutras impulsionava a contra-guerrilha com pequenos grupos

muito móveis e permanentes,procurando pequenos grupos nossos,em substituição de formas anteriores de actuação de operações alternadas de batida.

As nossas forças,porém,comportaram-se com bravura,principalmente durante a época seca,quando o inimigo nos impôs uma situação de permanente instabilidade e contínuos combates. Capturámos também diverso material de guerra,nomeadamente,armas,e infligimos ao inimigo um número elevado de baixas,em flagelações e em ataques decisivos.

Transmito ao Monsenhor um pedido dos guerrilheiros: porque todos os agrupamentos militares acompanham a BBC,eles pedem para que V.Revcia. lhes envie algumas palavras ou alguma mensagem de luta!

Receba,querido Monsenhor, as saudações de todos os membros da Direcção e de todos os guerrilheiros, e de mim um abraço daqui,de longe, das montanhas azuis da nossa querida Pátria!

Timor Leste,aos 10 de Março de 1988.

Com sincera estima

(ass) XANANA GUSMÃO